

FUNCIONALISMO

Concurso atrai 500 mil

Em três dias, meio milhão de candidatos se inscreveram para o certame unificado do governo federal

» VITÓRIA TORRES*

No terceiro dia de inscrições abertas para o Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), também conhecido como Enem dos Concursos, o número de candidatos atingiu a marca de 500 mil inscritos. Com as inscrições gerais até 9 de fevereiro, os candidatos têm até 26 de janeiro para solicitar isenção da taxa de inscrição, que é de R\$ 90 para cargos de nível superior e R\$ 60 para nível médio.

Para pedir isenção, os candidatos precisam atender a requisitos específicos, como estar inscrito no Cadastro Único (CadÚnico), ser doador de medula óssea, ter sido bolsista ou ex-bolsista do Programa Universidade para Todos (ProUni) ou cursar/cursado ensino superior financiado pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Em meio à abertura das inscrições, inovações no processo de pagamento das taxas chamam a atenção. Órgãos como os Correios e o Banco do Brasil foram escolhidos para oferecer suporte presencial no pagamento dessas taxas, em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Os candidatos, ao realizarem a inscrição on-line, têm a Guia de Recolhimento da União (GRU) gerada após o envio do requerimento. As taxas agora podem ser pagas não apenas em agências bancárias e casas lotéricas, mas também nas agências dos Correios até a data de vencimento.

A advogada Manuela Moreira, 29 anos, se inscreveu movida pela ideia de seguir uma carreira pública. Ela também destacou a grande quantidade de vagas como um fator determinante para sua decisão. Para ela, trata-se de uma oportunidade rara de transformar sua trajetória profissional.

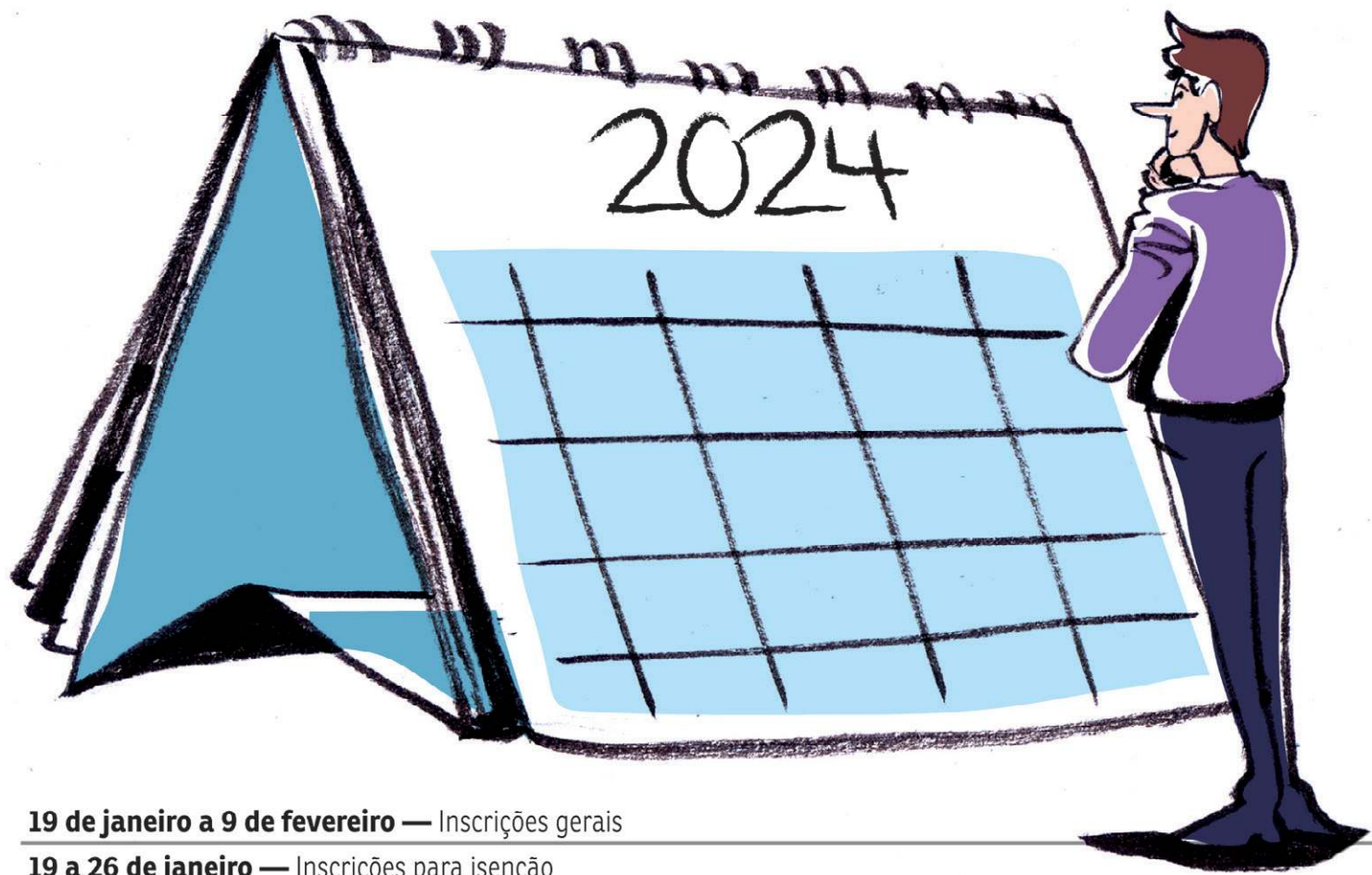
"Eu estou animada com a ideia de uma carreira pública. A grande quantidade de vagas foi o que me incentivou a fazer a inscrição. É difícil ter boas oportunidades como essa para mudar de vida", comentou.

Atenção ao edital

O professor do Gran Cursos Eduardo Cambuy enfatiza a

Próximas etapas

Confira as datas do Enem dos Concursos



19 de janeiro a 9 de fevereiro — Inscrições gerais

19 a 26 de janeiro — Inscrições para isenção

29 de fevereiro — Divulgação dos dados finais de inscrições

29 de abril — Divulgação dos cartões de confirmação

5 de maio — Aplicação das provas

3 de junho — Divulgação dos resultados dos exames objetivos e preliminares das provas discursivas e da redação

30 de julho — Divulgação final dos resultados

5 de agosto — Início da convocação para posse e cursos de formação

importância da leitura atenta do edital. Ele explica a relevância de considerar a quantidade de vagas, a remuneração e a concorrência para uma tomada de decisão mais embasada. O especialista recomenda uma análise criteriosa dos aspectos que influenciarão o caminho de cada candidato.

"A escolha será a parte mais importante nesse começo. Então, a recomendação é que o candidato leia bem o edital, entenda bem a distribuição das especialidades, entenda o peso dos eixos e as matérias que estão contidas dentro dos eixos. Depois o quantitativo

de vagas, a remuneração e a concorrência vão ajudar o candidato a decidir melhor. Se considerar todos os elementos, o candidato com certeza já vai sair na frente", comentou Eduardo Cambuy.

Extenso e detalhado, o edital do CPNU também provoca controvérsia. A Associação Brasileira de Médicos com Expertise em Pós-Graduação (Abramepo) pediu à Justiça a impugnação do edital do Concurso Nacional Unificado. Alegou discriminação na exigência do registro de especialista para médicos psiquiatras. Procurada pelo **Correio**, a Advocacia-Geral da União (AGU)

informou estar trabalhando para evitar a judicialização do processo e garantir que o calendário não seja prejudicado.

Cotas trans

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou a inclusão de 2% de vagas destinadas a pessoas transexuais no cargo de auditor-fiscal do Trabalho. Essa recomendação surge após a constatação de que a promessa feita em julho de 2023, pelo presidente Lula, não foi refletida no edital publicado em janeiro de 2024. O MPF afirma que a ausência de

cotas para pessoas trans contradiz declarações anteriores de autoridades federais.

A deputada federal Erika Hilton (PSOL) também se manifestou contra a falta de cotas para pessoas trans nos editais do concurso, expressando sua preocupação nas redes sociais. "Nosso objetivo é explícito: que o Brasil tenha coragem em dar esse passo rumo ao futuro. Pessoas trans merecem trabalho digno e nada melhor do que iniciarmos, o mais breve possível, sua inclusão, via concurso, nos quadros do funcionalismo público federal", publicou.

TÍTULOS

Emissão no exterior capta US\$ 4,5 bilhões

O Tesouro Nacional captou ontem US\$ 4,5 bilhões com a emissão de bônus no mercado internacional. Foi a maior oferta feita pelo país em um só dia de forma "pura", sem incluir trocas de títulos. A oferta alcançou demanda total de US\$ 14 bilhões, segundo integrantes do governo e analistas do mercado que acompanharam a operação.

Captção similar só havia ocorrido em julho de 2005, quando o governo lançou o equivalente a US\$ 4,5 bilhões em papéis. Apesar do valor ser igual, os A-Bonds 2018 emitidos naquela ocasião fizeram parte de uma oferta de troca de títulos. Em 2019, o governo faria outra emissão de títulos de 30 anos, com os quais levantou US\$ 2,5 bilhões.

Ontem, o Tesouro realizou a emissão de bônus em dólares com benchmark (referência) de 10 e 30 anos no mercado internacional, com vencimentos em 2034 e 2054. A demanda ficou distribuída em partes iguais entre os dois prazos: foram captados US\$ 2,25 bilhões em bonds de dez anos, à taxa de 6,35%; e um valor idêntico em papéis de 30 anos, cuja taxa ficou em 7,15%.

Liquidez

Em razão da forte demanda, ambos os papéis ficaram abaixo do chamado Initial Price Thought (IPT), a primeira referência de taxas fixada para testar o interesse dos investidores, que foi de 6,625% e 7,500%, respectivamente.

Somente com a operação de ontem, o Tesouro superou o montante captado nas duas emissões externas que realizou no ano passado. Em novembro, na última emissão soberana do Brasil, de títulos verdes de sete anos, foram captados US\$ 2 bilhões a 6,50% ao ano. Em abril, quando os juros ainda subiam na economia mundial, o Tesouro captou US\$ 2,25 bilhões em títulos de dez anos, com taxa de 6,15%.

A operação de ontem foi liderada pelos bancos Citigroup, Scotiabank e UBS Investment Bank. "O objetivo da operação é dar continuidade à estratégia do Tesouro Nacional de promover a liquidez da curva de juros soberana em dólar no mercado externo, provendo referência para o setor corporativo, e antecipar financiamento de vencimentos em moeda estrangeira", destacou o Tesouro, em comunicado.

Há no mercado a expectativa de que novas emissões ocorram ainda este ano, inclusive, uma segunda rodada de títulos sustentáveis. Esses papéis com "pegada ambiental e social", emitidos pela primeira vez em novembro, foram considerados um "sucesso" porque as taxas obtidas com a operação ficaram muito próximas das alcançadas por países que são classificados como grau de investimento. O Tesouro se prepara para fazer uma nova captação deste tipo a partir de maio.

A primeira incursão bem sucedida do Tesouro no mercado internacional neste ano deve dar a largada também para uma série de captações externas por empresas nacionais, entre elas a Cosan.

» Inflação menor

O boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central reduziu projeções da inflação e do dólar para este ano. O IPCA, de acordo com estimativas do Focus, recuou de 3,87% para 3,86% em 2024. Para o ano que vem, o boletim projetou a inflação em 3,5%. As projeções para a evolução do PIB para 2024 subiram de 1,59% para 1,6%. A estimativa para 2025 também foi mantida em 2% pela sexta semana seguida e a de 2026 está em 2% há 24 semanas consecutivas.

HOME OFFICE

Tesouro Nacional define regras para teletrabalho

» HENRIQUE FREGONASSE*

A Secretaria do Tesouro Nacional definiu, em portaria publicada ontem no *Diário Oficial da União (DOU)*, as diretrizes para a adoção do trabalho híbrido. A nova regra determina a realização de um mínimo de 20% da jornada de trabalho de forma presencial e entra em vigor a partir do dia 1º de fevereiro.

As novas diretrizes vetam o trabalho integral em regime de home office, prática atualmente em vigor no Tesouro Nacional. A portaria estabelece que servidores com jornada padrão de trabalho — oito horas diárias ou 160 mensais — deverão cumprir um mínimo mensal de 32 horas presenciais nas repartições em Brasília, valor que equivale a 20% do total mensal. No caso de servidores com jornadas reduzidas, de quatro e seis horas, deverão ser cumpridos os mínimos mensais de 16 e 24 horas presenciais, respectivamente. Os valores seguem o mesmo percentual de 20% estabelecido para a jornada comum.

Para a maior parte dos servidores, essa carga horária mensal mínima poderá ser acumulada e cumprida ao longo dos três primeiros meses de vigência das novas regras, desde que previamente autorizado pelo subsecretário. Os dias de trabalho presencial poderão ser acordados

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Ministério da Fazenda, ao qual o Tesouro Nacional é subordinado: jornada de 20% de trabalho presencial

entre o servidor e a chefia.

Quando em regime remoto, os servidores do Tesouro Nacional deverão estar disponíveis para o trabalho nos períodos determinados pela chefia imediata. É necessário manter a câmera de vídeo aberta durante as reuniões que ocorrerem de forma remota, sob o risco de "suspensão do servidor do teletrabalho parcial".

Processo seletivo

Segundo a portaria, até 15% dos servidores de cada

Subsecretaria poderão aderir, por meio de um processo seletivo, ao Teletrabalho Parcial (híbrido), estando submetidos à realização de um mínimo total de 32, 24 ou 16 horas — de acordo com as jornadas de oito, seis ou quatro horas semanais — que poderão ser cumpridas ao longo de três meses. Dessa forma, esses servidores terão que cumprir apenas um terço da quantidade de horas mínimas às quais o restante será submetido.

Esse processo seletivo, que deverá ser realizado a cada seis

meses, levará em conta horas de capacitação definidas em trilhas da Secretaria do Tesouro Nacional; o tempo em cargo gerencial, ponderado por nível; a participação em projetos estratégicos; a participação em grupos de trabalho, comitês e conselhos fiscais ou órgãos equivalentes não remunerados; e o tempo de exercício na STN.

Adicionalmente, até 10% de servidores de cada Subsecretaria também poderão ser escolhidos pelos titulares delas para serem contemplados pelo mesmo

benefício, visando "atender situações excepcionais e possibilitar flexibilidade na gestão".

"Até 61% dos servidores estarão num regime extremamente flexível. E os demais terão que cumprir presencialmente apenas 20% da sua carga horária presencialmente. Entendemos que este valor é o mínimo necessário para permitir os benefícios de um regime de trabalho remoto, flexível, sem que a cultura e o vínculo com o órgão fiquem prejudicados", informou o comunicado enviado aos servidores na semana passada.

Residentes no exterior

Com a portaria, o Tesouro Nacional não vai aderir ao Programa de Gestão e Desempenho (PGD), pelo qual o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos estabeleceu, no fim de julho de 2023, regras para a adoção do teletrabalho por funcionários públicos federais.

O PGD permite a funcionários públicos migrar para o regime de teletrabalho, sob a condição do cumprimento de um ano de estágio probatório. Ele orienta ainda o trabalho remoto para diversas situações, como é o caso de servidores residentes no exterior.

*Estagiários sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza